

**A HAGIOGRAFIA E O PENSAMENTO HIEROCRÁTICO MENDICANTES:  
DELINEAMENTOS PARA UMA PESQUISA**

André Rocha de Oliveira<sup>1</sup>

PPGHC - UFRJ

andrero1898@gmail.com

**Introdução**

O presente texto tem por objetivo apresentar alguns dos eixos norteadores da pesquisa de doutorado que ora se inicia. Esta não é, contudo, uma investigação que nasce agora. Desde a graduação, trabalhamos com as possíveis relações entre a *Legenda aurea* e o contexto político do período em que é produzida, ou seja, a Península Itálica da segunda metade do século XIII. Como desdobramento, chegamos ao presente momento com a proposta de estudar como uma corrente específica do pensamento político medieval — chamada pela historiografia de hierocracia — se manifesta no decorrer das Vidas de santos que compõem a referida obra.

Ao longo das próximas páginas, ocuparemos-nos em situar alguns aspectos relevantes de nossa proposta. Cabe destacar, desde já, que não apresentaremos todos. Itens importantes para a realização de uma pesquisa historiográfica, como metodologias, hipóteses, objetivos, etc. serão objetos de um outro texto. Deste modo, abordaremos aqui a construção da problemática e aqueles que entendemos ser os conceitos-chave para o desenvolvimento do trabalho.

O artigo está dividido em duas partes. Em um primeiro momento, discorreremos sobre as problemáticas que nos moveram — e ainda movem — em nossa trajetória, identificando para o leitor as inquietações que nos levaram a tais indagações e como chegamos até a atual questão central do estudo. Em um segundo momento, voltaremos nossas atenções para os conceitos-chave de nosso trabalho: a hagiografia — com a sua ramificação, as Vidas de santos — e a hierocracia, pontuando como a bibliografia especializada sobre o assunto os percebe.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e pesquisador colaborador do Programa de Estudos Medievais da mesma instituição. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001”.

## O problema

O problema que impulsiona a atual pesquisa é um desdobramento daquele sobre o qual começamos a nos debruçar ainda no início de nossa formação. Como em todas as etapas — graduação, mestrado e, agora, doutorado — nos dedicamos a analisar a *Legenda aurea*, entendemos que se faz necessária uma brevíssima apresentação desse nosso objeto e do contexto em que ele surge. Somente então passaremos à apresentação da problemática propriamente dita, chamando atenção para algumas das perguntas que nos fizemos ao longo de nossa trajetória acadêmica.

A Península Itálica da segunda metade do século XIII é marcada pelas relações de poder envolvendo a Igreja Romana<sup>2</sup> e o Sacro Império Romano, que exercem um duplo e indispensável papel. Por um lado, servem como instrumentos para a canalização dos conflitos e apreensões já existentes entre as forças atuantes nas cidades daquela região. Enquanto que, por outro, buscam alcançar suas ambições — justamente a partir dessa função canalizadora — e defender seus interesses mais imediatos naquele território. Em consequência disso, não poucas vezes essas instituições envolvem-se em atritos e tensões que chegam a reverberar por toda a cristandade — para bem além dos limites peninsulares. Cabe ressaltar que essa configuração se mantém até, pelo menos, as primeiras décadas do século XIV. Não à toa, Bayona Aznar (2009) generaliza que envolver-se em assuntos políticos no Ocidente cristão em princípios do século XIV significa, com raras exceções, tomar partido de um dos lados.

Este conflito entre papas e imperadores são apenas uma das muitas faces que envolvem as querelas entre os chamados poder espiritual e poder temporal, que têm dominado as relações de poder que atravessam todo o período medieval. Entende-se, a partir da historiografia produzida sobre o assunto,<sup>3</sup> que o primeiro está associado a

---

<sup>2</sup> Quando mencionamos Igreja Romana, nos referimos aqui à instituição sob a liderança reconhecida do papado, que surge em decorrência do processo de reorganização da instituição eclesiástica, comumente chamado pela historiografia tradicional de “Reforma Gregoriana”.

<sup>3</sup> A respeito da composição e atribuições de cada poder, adotamos como ponto de partida, principalmente, as posições do historiador José Antônio de Souza a partir da análise das ideias de dois frades franciscanos do século XIV: Álvaro Pais e Guilherme de Ockham. Entendemos que estas definições também são aplicáveis ao século XIII. É possível encontrar referências à “natureza” dos poderes espiritual e temporal, dentre outros, nos seguintes artigos do referido autor: SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. As

questões relacionadas à fé, ao culto, às normas da vida religiosa, etc. Encontramos integrantes da hierarquia eclesiástica, das ordens monásticas e das mendicantes como seus principais representantes. Enquanto que o poder temporal está ligado a matérias de cunho administrativo, a assuntos econômicos, ao “funcionamento da sociedade”, por assim dizer. Esse poder contempla os altos estratos leigos da sociedade medieval. Assim, senhores feudais, príncipes e reis, mas, sobretudo, os imperadores do Sacro Império Romano são seus agentes.

Essa divisão é expressa pela primeira vez pelo papa Gelásio I. Em 494, quando se dirige ao imperador bizantino Anastásio, o sumo pontífice defende a separação entre os poderes exercidos por cada autoridade — embora destacando a superioridade do seu lado sobre o outro (GALLEGO BLANCO, 1973). A partir de então, os enfrentamentos envolvendo aqueles agentes são reconhecidos como embates entre os poderes espiritual e temporal. E eles não se resumem apenas aos confrontos nos campos de batalha. Pelo contrário, sua predominância encontra-se no mundo das ideias, e em consequência disso são produzidos diferentes gêneros textuais. Eles têm como propósito persuadir os leitores/ouvintes a despertar certos atributos bastante valorizados — como a obediência, por exemplo — ou até mesmo defender abertamente um dos lados. Como a produção letrada na Idade Média é realizada, quase que exclusivamente, no seio da Igreja Romana (BASCHET, 2006), os relatos que defendem a perspectiva espiritual são maioria, sendo que a partir do século XIII os frades mendicantes se destacam como protagonistas nessa empreitada.<sup>4</sup>

As ordens mendicantes<sup>5</sup> surgem no século XIII e rapidamente se expandem, exercendo um papel de destaque no que concerne à produção letrada. Desde cedo, um

---

causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, Madrid, v. 25, p. 279-311, 2008; SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. As origens do poder imperial e secular nos escritos de Guilherme de Ockham. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, Madrid, v. 27, p. 115-152, 2010.

<sup>4</sup> Entre as obras desse período mais mencionadas pela historiografia produzida, apenas o *Defensor da Paz* e a *Monarchia* não são escritos dentro do meio eclesiástico ou pelos frades das ordens mendicantes, sendo produtos da iniciativa dos leigos Marsílio de Pádua e Dante Alighieri, respectivamente.

<sup>5</sup> As chamadas ordens mendicantes são assim conhecidas porque seus membros sobrevivem exclusivamente da mendicância, não recebendo nenhum outro tipo de recurso para subsistência. Com a popularização desse modo de vida religiosa, há uma proliferação de diferentes ordens que adotam o “modelo mendicante”. No entanto, esta propagação de ordens passa a ser vista como um risco pela Igreja, que resolve permitir que apenas quatro ordens continuem a existir com o reconhecimento oficial. Esta decisão é tomada no segundo concílio de Lião, em 1274. As ordens que, após o concílio, recebem a autorização da cúria romana são: Ordem dos Irmãos Pregadores – dominicanos; Ordem dos Frades

dos principais gêneros trabalhado pelos frades mendicantes é o hagiográfico. Cabe destacar também que, a partir do século XIV é possível constatar uma proliferação de tratados políticos dedicados às querelas entre os poderes espiritual e temporal produzidos no seio dessas ordens.<sup>6</sup> Em nossa investigação, dedicamo-nos às obras pertencentes ao gênero hagiográfico, sendo que uma nos interessa em especial: a coletânea conhecida por *Legenda aurea*, produzida no decorrer da segunda metade do século XIII pelo frade dominicano Jacopo de Varazze.

As *Legendae sanctorum, vulgo historia lombardica dicta*, posteriormente chamadas de *Legenda aurea*, são uma compilação de Vidas de santos e festividades cristãs organizadas em 175 capítulos, dos quais a maioria absoluta é dedicada às Vidas de santos – 153 legendas.<sup>7</sup> O legendário contempla mártires, apóstolos, bispos, papas, eremitas, monges e reclusos dispostos, de acordo com o prólogo, nos tempos do Desvio, da Renovação, da Reconciliação e da Peregrinação. Segundo a historiografia produzida sobre o assunto, alguns dos objetivos mais comumente identificados são aqueles associados às relações de poder entre as autoridades leigas e religiosas, ainda que a obra não esteja voltada diretamente para os governantes do século XIII, como observa Carolina Fortes (2014).

Desde a sua produção, a *Legenda aurea* é objeto de intensa utilização pela sociedade do Ocidente medieval, tendo sido sucessivamente copiada e traduzida para as línguas vernáculas (FRANCO JÚNIOR, 2003). Encontramos exemplares na Inglaterra, França, Áustria, Alemanha, regiões do leste europeu, além da própria Península Itálica, onde o êxito é imediato.<sup>8</sup> Podemos concluir, portanto, que a obra de Jacopo de Varazze alcança os mais diferentes ouvintes e leitores, seja por meio da leitura — silenciosa ou ainda em voz alta (LE GOFF, 2014, p. 14) —, seja por meio das pregações, para as quais o legendário é utilizado como fonte para os sermões proferidos pelos frades (FORTES, 2003, p. 102). Logo, podemos inferir que os diferentes conteúdos

---

Menores – franciscanos; Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria de Monte Carmelo – carmelitas, e Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho – agostinianos.

<sup>6</sup> Podemos mencionar, a título de exemplos, o *Estado e Pranto da Igreja* e o *Espelho dos reis*, do franciscano Álvaro Pais; o *Sobre o Poder Eclesiástico*, do agostiniano Egídio Romano; o *Breviloquio* e o *Oito Questões Sobre o Poder do Papa*, do também franciscano Guilherme de Ockham; o *De regimine Christiano*, do Tiago de Viterbo, etc.

<sup>7</sup> Utilizando como parâmetro a edição brasileira da obra, publicada em 2003.

<sup>8</sup> Hilário Franco Júnior (2003) e Jacques Le Goff (2014) atestam a difusão da *Legenda aurea* por essas regiões por meio das cópias e traduções para diferentes línguas vernáculas encontradas.

trabalhados na *Legenda aurea* percorrem os principais centros econômicos, religiosos, políticos, culturais, etc. do período, levando as palavras do frade dominicano a uma quantidade significativa de pessoas.

Diante do contexto político do período apresentado, marcado pelas relações de poder entre os agentes do poder espiritual e os do temporal, nosso interesse recai sobre as possíveis conexões que podem ser estabelecidas entre tal conjuntura e o conteúdo do legendário. Porém, o que despertou — e ainda desperta — esse interesse? De onde vem a curiosidade que nos move nesse sentido? Nossa atenção tem seu início a partir da observação de uma das Vidas de santo que compõem a *Legenda aurea*. Trata-se da *Vida de São Pelágio*, com suas características bastantes singulares. Quando visitamos seu conteúdo, constatamos que a sua composição é, no mínimo, bastante atípica se comparada com as características comumente esperadas deste ramo textual das hagiografias.

Na legenda dedicada a São Pelágio, encontramos relatos acerca da história dos lombardos, dos francos, de Maomé, de Beda e, principalmente, dos imperadores do Sacro Império Romano. Enquanto isso, em meio a este universo de personagens e histórias relatadas, não encontramos praticamente nada sobre São Pelágio. As informações disponíveis sobre este venerável — somos informados apenas de que em vida fora papa — no decorrer desta Vida de santo a ele dedicada são extremamente escassas — contrariando assim a própria natureza dos textos dessa modalidade hagiográfica, como veremos adiante.

O cuidado dedicado a cada parte dentro da referida legenda serve para reforçar ainda mais nossa sensação de estranheza, uma vez que, o espaço que o legendário dedica aos imperadores do Sacro Império, em detrimento da figura do santo — e de todas as outras —, é sintomaticamente maior. Jacopo de Varazze faz a opção de discorrer sobre as distintas dinastias que ocuparam o trono imperial até pouco antes da redação da *Legenda aurea*, o que faz com que a Vida de santo ganhe certo ar cronístico. Nossa inquietação gira exatamente em torno deste destaque: por que Jacopo faz essas opções? Sendo mais objetivo: por que o frade dominicano insere a *Vida de São Pelágio* — tal como é concebida — em um legendário, uma obra pertencente ao gênero

hagiográfico? Esta é a pergunta matriz a partir da qual todo nosso trabalho vem se desenvolvendo desde então.

Ao longo da investigação para a redação da monografia, na qual nos debruçamos sobre um pequeno trecho da supracitada Vida — no caso, selecionamos a parte que versa sobre a dinastia Staufen, a última pontuada na legenda —, percebemos que a caracterização dos agentes do poder temporal era reiteradamente carregada de uma forte conotação negativa. Não apenas os imperadores que apareciam no relato, mas quaisquer personagens que fizessem parte dos altos estratos sociais laicos eram dotados de atributos que os desqualificavam. E era uma constante: mesmo a descrição de Frederico II sendo iniciada de maneira elogiosa para com a figura, rapidamente muda o tom para atacá-lo. A partir dessa pesquisa, passamos a corroborar com Fortes (2014) no que tange ao caráter vulgarizador da *Legenda aurea* naquele contexto. A percepção do legendário como instrumento de propaganda veio a se consolidar no mestrado.

Nessa etapa, na qual tivemos o primeiro contato com o conceito de hierocracia, buscamos alargar o olhar sobre as figuras seculares a partir de outra Vida de santo, também presente no legendário, a *Vida de São Sebastião*. Nosso intuito foi perceber se a impressão que tínhamos acerca do legendário, como instrumento de propaganda, se manteria a partir da análise de outra legenda que não a *Vida de São Pelágio*, já parcialmente estudada anteriormente. No relato dedicado a São Sebastião, pudemos constatar que o tratamento desfavorável dispensado aos líderes mundanos também se fazia presente. E não apenas constatamos a sua presença como, a partir da confirmação de tal reincidência, também refinamos nossa compreensão acerca do perfil propagandístico da *Legenda aurea*: ela funciona como um instrumento de exercício do poder voltado à persuasão — que defendemos ser em prol do pensamento hierocrático.

Entendendo como uma constante a preocupação com o poder temporal no conteúdo das Vidas de santo que constituem a *Legenda aurea*,<sup>9</sup> chegamos ao presente momento, em que iniciamos a pesquisa de doutorado. Como consequência dos estudos realizados até aqui, observamos que o contínuo tratamento dispensado por Jacopo às

---

<sup>9</sup> Para além das Vidas de São Pelágio e São Sebastião — objeto de nossas análises na graduação e no mestrado, respectivamente —, verificamos a caracterização desfavorável das personagens ligadas ao poder temporal em outras Vidas de santos do legendário. A título de exemplo, podemos mencionar as legendas dedicadas a Santo Urbano; Santa Petronela; São Pedro, Exorcista; Santos Primo e Feliciano; São Barnabé; Santos Vito e Modesto; São Quirce e Santa Julita; dentre outros.

personagens seculares é resultado de uma ação consciente.<sup>10</sup> Trata-se de um esforço para gerar/modificar sentidos nas legendas com o objetivo de persuadir os leitores ou ouvintes do legendário, que passa então a desempenhar a função de instrumento de exercício do poder voltado à persuasão. Desta forma, concebemos que a obra do frade dominicano pode ser compreendida como uma manifestação do que a historiografia convencional chama de hierocracia. Como veremos no próximo ponto, o pensamento hierocrático consiste em uma iniciativa para justificar ou expressar a superioridade do poder espiritual com relação ao temporal. Neste sentido, passamos a nos concentrar na seguinte questão, a ser trabalhada no percurso do doutorado: de que maneiras o pensamento hierocrático se manifesta na *Legenda aurea*?

### Os conceitos

Dando continuidade a nossa proposta, voltamos nossas atenções neste momento para aqueles que consideramos ser os conceitos-chave de nossa pesquisa: a hagiografia — e sua ramificação textual chamada Vidas de santos — e a hierocracia.

As hagiografias consistem nos principais textos lidos/escutados no medievo, sobretudo no meio eclesial, no qual são empregadas durante os ofícios, nos refeitórios ou em outros momentos (BAÑOS VALLEJO, 2003). Essa popularidade se deve, em parte, às suas várias modalidades.<sup>11</sup> Responsáveis por despertar o interesse da população de distintas maneiras, esses diferentes ramos da hagiografia tornam, contudo, bastante complexa qualquer tentativa de definição. Neste sentido, em prol de uma delimitação do que vem a ser a hagiografia, uma importante contribuição advém do *Institut Interfacultaire d'Études Médiévales*, que “assumiu como principal critério de classificação a finalidade do documento, e logo como consequência a forma e o conteúdo, o que se adequa perfeitamente à essência do gênero hagiográfico”<sup>12</sup> (BAÑOS VALLEJO, 2003, p. 14, tradução nossa). A hagiografia, portanto, constitui um gênero

---

<sup>10</sup> Trabalhamos a questão das intervenções conscientes do frade dominicano na obra no artigo: OLIVEIRA, André Rocha de. Caráter autoral e construção de sentidos na *Legenda aurea*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG, 7., 2018, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 323-330. Disponível em: <<https://www.ephisufmg.com.br/anais>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

<sup>11</sup> São algumas das modalidades hagiográficas: calendários, martirologios, relatos de transladação, Vidas de santos, Paixões, etc.

<sup>12</sup> No original: “asumió como principal criterio de clasificación la finalidad del documento, y luego como consecuencia la forma y contenido, lo que se adecua perfectamente a la esencia del género hagiográfico.”.

literário específico que rejeita classificações fechadas, ou seja, definições que se revelem rígidas ou inflexíveis – aquelas que buscam restringir o conteúdo hagiográfico a categorias construídas previamente. Ao invés disso, aceitam delimitações pautadas em critérios maleáveis, como a proposta pelo *Institut Interfacultaire*. Nesta, o principal critério para uma classificação hagiográfica é a finalidade do texto. Em outras palavras, os objetivos – ou o “para quê” – é que servem como base para uma definição. Atendendo a essa concepção de hagiografia como um gênero, entendemos por hagiografia tanto o texto, quanto o estudo realizado cuja temática central seja o santo e/ou seus cultos.

Dentre as modalidades hagiográficas, aquela com que trabalhamos mais diretamente em nossa pesquisa é a Vida de santo. As Vidas de santos são narrativas registradas por escrito contendo informações sobre a vida, morte e também o pós-morte do santo. Seu protagonista é o chamado confessor, que possui uma vida considerada exemplar pelos religiosos, na qual mortifica seu corpo lentamente — uma espécie de martírio voluntário e gradual, no qual a vida do santo não precisa ser ceifada de uma só vez. No que concerne à vida, não são assinalados dados referentes a todo o período em que viveram, ou seja, não se trata de discorrer sobre a biografia do santo desde o seu nascimento, mas apenas destacar como eles são predestinados e os momentos em que a presença divina se manifesta. Com relação ao momento posterior à morte, trata-se de asseverar a existência da devoção de fiéis para com aquele santo – destacando, principalmente, os milagres que se realizam no pós-morte. Destarte, é algo bastante comum às Vidas enfatizar os já incipientes cultos àquele venerável (VELÁZQUEZ, 2005).

As Vidas de santos possuem, inicialmente, duas finalidades principais: a difusão do culto aos santos e a edificação dos fiéis. Com relação à primeira, podemos dizer que a difusão do culto consiste no principal objetivo das Vidas de santos, sendo o procedimento essencial para sancionar a santidade do venerável tanto popularmente, quanto à nível eclesiástico. Já com relação à edificação dos fiéis, trata-se de ensiná-los por meio da retidão e da exemplaridade do santo; de apresentar-lhes modelos de vida que, apesar de impossíveis de se imitar, podem servir como um referencial para o dia-a-dia dos cristãos (VELÁZQUEZ, 2005).

Sobre os protagonistas dos relatos, cabe destacar que são personagens idealizadas, ou seja, construídas pelos hagiógrafos.<sup>13</sup> Contudo, essa construção não deve ser interpretada como uma criação única e exclusiva de seu redator – embora possamos, em alguns casos, constatar os esforços desses agentes em moldar os veneráveis. Os hagiógrafos compartilham um sistema de valores morais e religiosos com a comunidade na qual estão inseridos (VELÁZQUEZ, 2005). Logo, podemos corroborar com Baños Vallejo quando afirma que a composição e a difusão das Vidas estão em sintonia com o “sentir do povo”. Neste sentido, os santos assumem em sua personalidade os ideais da comunidade a qual pertencem, uma vez que, suas imagens são forjadas em parte pelo corpo social (BAÑOS VALLEJO, 2003).

No século XIII, em decorrência do advento das ordens mendicantes, as hagiografias vão passar por algumas transformações. A atuação dos frades oriundos dessas ordens vai influenciar, de modo decisivo, a produção hagiográfica como um todo — os textos pertencentes a este gênero, produzidos por esses religiosos, serão chamados de “hagiografias mendicantes”. No que diz respeito às Vidas de santos, André Miatello (2013) pondera que elas passam a não mais estar voltadas apenas para a difusão do culto de determinado venerável. Pelo contrário, vão além. Essa modalidade passa a servir então como “uma cartilha de conduta religiosa destinada aos membros das Ordens, constituindo uma espécie de ‘espelho de frades’” (MIATELLO, 2013, p. 84).

Podemos verificar duas mutações no que tange à finalidade do gênero hagiográfico, que são consequências da atuação dos frades na escrita das hagiografias. Em primeiro lugar, a própria hagiografia — sob a batuta mendicante — se transforma em um instrumento de poder voltado para a normatização dos agentes daquilo que chamamos de poder espiritual, pois sintetiza “os valores ordenadores da instituição religiosa, que caminhava *pari passu* às orientações do papado” (MIATELLO, 2013, p. 84). Em segundo lugar, podemos inferir que essa nova função do texto hagiográfico trabalha no sentido de legitimar o santo reconhecido oficialmente pela Igreja Romana, figura esta que “atende” aos interesses de dita instituição. Interesses estes que estão inseridos naquelas relações de poder que temos apresentado aqui.

---

<sup>13</sup> Hagiógrafo é a denominação atribuída àqueles que são responsáveis por redigir a hagiografia.

O outro conceito que atravessa nossa investigação é o da hierocracia.<sup>14</sup> Expressão de determinada corrente do pensamento político medieval, a hierocracia é uma construção que se inicia na Idade Média Central (séculos XI ao XIII). Seu desenvolvimento se dá em paralelo ao processo de reorganização da instituição eclesiástica, que é feito sob a liderança do papado. Este movimento, iniciado pelo papa Gregório VII, culminará com o fortalecimento da figura papal, tanto no que concerne à hierarquia eclesial, quanto à jurisdição frente aos detentores do poder temporal. Durante o século XIII, assim como em princípios do XIV, juristas e canonistas se destacam como os principais pensadores por trás da hierocracia, mas não apenas eles: monges, frades e outros integrantes da instituição eclesiástica também passam a se dedicar à reflexão sobre o tema.

Em linhas gerais, são chamados de hierocratas aqueles que buscam justificar, teoricamente, a primazia política do poder espiritual sobre o temporal. Enquanto que as reflexões elaboradas e defendidas são designadas pelo termo hierocracia (SOUZA; BARBOSA, 1997). Portanto, podemos asseverar que o cerne da hierocracia são as múltiplas relações possíveis entre aqueles poderes. Essas interações, em sua maioria, obedecem a uma lógica neoplatônica específica baseada nas obras de cunho filosófico-teológico do Pseudo-Dionísio Areopagita (SOUZA, 2013; BAYONA AZNAR, 2009). De acordo com o pensamento de Dionísio, “a *lex divinitatis* que rege o universo, ordena e hierarquiza todos os seres, bem como, estipula que as realidades ínfimas se reduzam às superiores mediante as intermediárias” (SOUZA, 2013, p. 350).

As ideias de Dionísio se embasam no argumento metafísico da unidade, também chamado de teoria das causas. Segundo esta teoria, o mundo é regido por relações de causa e efeito, na qual todo efeito está contido em uma causa. A realidade é constituída, portanto, por uma relação hierárquica entre as causas, na qual cada causa se justifica em virtude de sua dependência para com as causas anteriores. E esta dependência entre as causas se dá sempre de forma descendente. Assim, de uma causa primeira surge uma causa segunda que, graças ao seu vínculo com a causa primeira, pode gerar uma causa terceira. Esta, por sua vez, só pode gerar uma causa quarta devido seu vínculo com a causa segunda. E assim por diante. Nesta teoria, a causa primeira é a mais poderosa de

---

<sup>14</sup> É imprescindível situar que se trata de um termo produzido pela historiografia, ou seja, é uma designação atribuída posteriormente.

todas – em decorrência disso, todas as outras causas se organizam hierarquicamente abaixo dela, e sempre remetem, em última instância, a ela (BAYONA AZNAR, 2009).

A partir das posições do areopagita, os hierocratas sustentam que o poder espiritual causa o poder temporal. Para estes teóricos, a causa primeira de toda a ordenação do universo é Jesus Cristo. Portanto, tudo o que existe no mundo encontra-se em um estágio de dependência para com essa causa inicial. Neste sentido, Armênia Souza (2018) pondera que a base do pensamento hierocrático está na afirmação de que – neste sistema hierarquizado de causas – o poder espiritual situa-se mais próximo à causa primeira que o poder temporal. São dois os argumentos mais utilizados para justificar essa posição. Em primeiro lugar, a finalidade do poder espiritual é superior à do poder temporal, uma vez que, “um só é o fim último e principal de todos os fiéis e, por extensão, da sociedade cristã, da qual passaram a fazer parte, desde o instante em que receberam o Batismo, fim esse que reside, na outra vida, em alcançar a beatitude eterna [...]” (SOUZA, 2008, p. 305). Ou seja, cabe ao poder espiritual a salvação das almas de todos aqueles que receberam os Sacramentos, como o Batismo. Em segundo lugar, como de praxe no período medieval, apela-se para as Sagradas Escrituras. Uma das passagens mais citadas pelos hierocratas se refere ao *Evangelho de Mateus*, no Novo Testamento, no qual Jesus teria afirmado: “[...] tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as portas do Hades nunca prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o que ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus” (Mt 16, 16-20).

É, portanto, seguindo o argumento metafísico da unidade, de que tudo o que existe depende, em maior ou menor grau, da causa primeira – e a ela se reduz –, que se concebe a posição do poder espiritual como causador do poder temporal na realidade. É a partir dessa concepção que Bayona Aznar (2009), valendo-se dos escritos de Dionísio, aponta o papel que a hierarquia eclesiástica então se atribui, de um sistema de ordenação universal no qual é a responsável pela mediação entre os homens e Deus. A hierarquia eclesiástica reflete um complexo sistema de mediações na ordem divina, e, por isso, encontra-se entre a hierarquia celestial e as hierarquias seculares. Por conta disso, no que tange à organização social, a mediação é concebida em termos de gradação (superioridade/inferioridade) e de dependência nas relações entre os poderes. É esta a

justificativa teórica mais comumente empregada pelos hierocratas para fundamentar a superioridade do poder espiritual sobre o temporal.

### **Considerações parciais**

As maneiras como o pensamento hierocrático se manifesta são bastante variadas. Pela peculiaridade típica do medievo, esse discurso pode se fazer presente nos mais diferentes canais. Nosso foco recai sobre a produção letrada. Neste sentido, é preciso realçar a interdisciplinaridade vigente no período, no qual as obras produzidas podem possuir, simultaneamente, naturezas distintas. Desta forma, os escritos podem englobar traços de teologia, direito, filosofia, história, etc., sendo praticamente inexistentes aqueles em que prevalece apenas uma dessas naturezas em sua redação (SOUZA; BARBOSA, 1997, p. 8). Isto requer reconhecer que os textos redigidos não precisam contar, necessariamente, com “intenções” políticas em seus conteúdos. Da mesma maneira, também não podemos excluir a presença de certas “pretensões” políticas nos escritos que, em tese, não se dedicam a tais reflexões.

As hagiografias, portanto, podem sim guardar em seus conteúdos referências explícitas ou implícitas a questões políticas que, como vimos, são pautadas pelas disputas entre os poderes espiritual e temporal, nos termos de superioridade/inferioridade. Assim, cabe lembrarmos que os protagonistas das narrativas hagiográficas, como as Vidas de santos, são construções realizadas por hagiógrafos que, embora compatíveis com os anseios da comunidade em que vivem, ainda assim são idealizadas, podendo servir a determinados interesses. Neste sentido, é factível defendermos a possibilidade de certas hagiografias contarem com um cunho eminentemente político no que tange às relações entre os poderes espiritual e temporal. E acreditamos que este é o caso da *Legenda aurea*, capaz de se fazer presente nessas querelas por meio da sua utilização como um instrumento de exercício do poder voltado à persuasão.

### **Referências**

BAÑOS VALLEJO, Fernando. **Las Vidas de santos en la literatura medieval española**. Madrid: Laberinto, 2003.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América.** São Paulo: Globo, 2006.

BAYONA AZNAR, Bernardo. La culminación del supremo poder del Papa. In: \_\_\_\_\_. **El origen del Estado laico desde la Edad Media.** Madrid: Tecnos, 2009. p. 39-84.

FORTES, Carolina Coelho. *A Legenda Áurea: datação, edições, destinatários e modelo de santidade.* In: TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). **História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval.** São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 30-46.

\_\_\_\_\_. **Os Atributos Masculinos das Santas na Legenda Áurea:** Os casos de Maria e Madalena. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: JACOPO DE VARAZZE. **Legenda Áurea.** Trad. Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003. p. 11-25.

GALLEGO BLANCO, Enrique. **Relaciones entre la Iglesia y el Estado en la Edad Media.** Madrid: Ediciones Castilla, 1973.

LE GOFF, Jacques. **Em busca do tempo sagrado:** Tiago de Varazze e a *Lenda dourada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MIATELLO, André Luis Pereira. **Santos e pregadores nas cidades medievais italianas:** retórica cívica e hagiografia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

VELÁZQUEZ, Isabel. Hagiografía y Culto a los Santos en la Hispania Visigoda: Aproximación a sus manifestaciones literárias. **Cuadernos Emeritenses,** Mérida, n. 32, p. 7-271, 2005.

SOUZA, Armênia Maria de. Álvaro Pais (1285-1349) e a concepção hierocrática do poder pontifício. In: \_\_\_\_\_.; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Org.). **Cultura política e poder na Idade Média:** Estudos em homenagem ao Dr. José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 181-210.

SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. As causas eficiente e final do poder espiritual na visão de D. Frei Álvaro Pais. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía,** Madrid, v. 25, p. 279-311, 2008.

\_\_\_\_\_. Um modelo paradigmático do pensamento hierocrático: o *De regimine Christiano.* **Theologica,** Braga, v. 48, n. 2, p. 339-364, 2013.

\_\_\_\_\_.; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos Homens:** as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quirdot). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.